



9

**Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I**

**QUESTÕES DE FISCALIDADE**

**Questão 26.:**

A Sociedade "ABC, S.A." vendeu, por 17.000 €, no ano N, uma viatura ligeira de passageiros do seu ativo fixo tangível, adquirida por 24.000 €, no ano N-3, tendo um período de vida útil de 4 anos. A empresa manifestou intenção de reinvestir a totalidade do valor de realização na aquisição de uma nova viatura comercial por 27.000 €. Considere o Coeficiente de Correção monetária de 1,03. Com vista ao apuramento do lucro tributável do ano N:

- a) Deduz a Mais-valia Contabilística no valor de 11.000 € e acresce a Mais-valia Fiscal no valor de 10.820 €.
- b) Deduz a Mais-valia Contabilística no valor de 11.000 € e acresce a Mais-valia Fiscal no valor de 5.410 €.
- c) Deduz a Mais-valia Fiscal no valor de 10.820 € e acresce a Mais-valia Contabilística no valor de 11.000 €.
- ☒ d) Deduz a Mais-valia Contabilística no valor de 5.500 € e acresce a Mais-valia Fiscal no valor de 5.410 €. ✗ u h3

**Questão 27.:**

Em 2017, ano em que as vendas sujeitas a garantia foram de 600.000 €, um sujeito passivo de IRC reconheceu uma provisão para garantias a clientes no valor de 20.000 €. Nos últimos 3 anos (2015, 2016 e 2017), as vendas médias anuais sujeitas a garantia foram de 500.000 € e os gastos médios com garantias, nesses mesmos 3 anos, foram de 15.000 €. O montante da correção a efetuar ao lucro tributável de 2017:

- a) 20.000 €. ✗
- b) 600 €.
- c) 2.000 €.
- ☒ d) Não há qualquer correção a efetuar.

vendas => 600.000  
provisão => 20.000 ✓ acate e deduzir

|                                                                                                |                      |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|
| <b>Exame de Avaliação Profissional</b><br>(A que se refere o art.º 31.º<br>do Estatuto da OCC) | <b>30 junho 2018</b> | <b>Versão A</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|



Q7

**Questão 28.:**

João Cunha, de nacionalidade portuguesa, residente em Lisboa, possui um prédio em Nova Iorque, o qual se encontra arrendado a uma instituição financeira. João Cunha, residente fiscal em Portugal:

- a) Não está obrigado a declarar os rendimentos obtidos nos EUA.
- ☒ b) Está obrigado a declarar os rendimentos obtidos nos EUA.
- c) É exclusivamente tributado nos EUA.
- d) Nenhuma das outras afirmações está correta.

**Questão 29.:**

Alzira Novais detém uma participação de capital de 20% numa pequena empresa, não cotada nos mercados regulamentado ou não regulamentado da bolsa de valores, definida como microentidade nos termos do Anexo ao DL n.º 372/2007, de 6 de novembro. No presente ano, alienou a participação de capital, obtendo uma mais-valia no valor de 10.000 €, pelo que:

- a) A mais valia é considerada em 50% do seu valor e tributada à taxa especial de 28%, com opção pelo englobamento. X
- b) A mais valia é considerada em 50% do seu valor e tributada à taxa especial de 28%, sem opção pelo englobamento. X
- ☒ c) A mais valia é considerada em 100% do seu valor e tributada à taxa especial de 28%, sem opção pelo englobamento.
- d) A mais valia é tributada à taxa especial de 28%, com englobamento obrigatório.

*tem englob. opção*

**Questão 30.:**

A empresa Modafel, Lda., fabricante de vestuário com sede em Guimarães, adquiriu a uma empresa, com sede na Índia, fio de algodão para fabricar roupa de casa que, de seguida, vai exportar para vários países. O algodão foi enviado pelo vendedor, a partir da sua sede, para Portugal, com destino ao adquirente. A compra do algodão é:

- a) Uma operação isenta de IVA. X
- b) Uma aquisição intracomunitária de bens. X
- c) Uma operação sujeita a IVA.
- d) Nenhuma das outras respostas está correta.

*India*  
  
 (PT) ← India  
 ↓ Exportar

|                                                                                                |                      |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|
| <b>Exame de Avaliação Profissional</b><br>(A que se refere o art.º 31.º<br>do Estatuto da OCC) | <b>30 junho 2018</b> | <b>Versão A</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|



### Questão 31.:

As comissões pagas por uma empresa com sede em Portugal, registada para efeitos de IVA em território nacional, utilizando o respetivo n.º de identificação fiscal para efetuar a aquisição, a um agente (comissionista) com domicílio em França, pelas encomendas por este angariadas junto de empresas francesas, consiste, para efeitos de IVA, numa prestação de serviços:

- a) Localizada em Portugal, uma vez que é neste país que se situa a sede do adquirente, sujeito passivo de IVA.
- b) Não localizada em Portugal, pois o prestador do serviço tem o seu domicílio em França. X
- c) Não localizada em Portugal, pois a operação subjacente à intermediação também não é localizada em Portugal.
- ☒ d) Localizada em Portugal, no pressuposto do agente (comissionista) se registar para efeitos de IVA naquele território.

### Questão 32.:

A Imobiliária X, Lda. beneficiou de isenção de IMT na aquisição de um prédio para revenda. Posteriormente revendeu esse mesmo prédio à Imobiliária Y, Lda., tendo esta também beneficiado do mesmo tipo de isenção, ao declarar na respetiva escritura que o vai destinar a revenda.

Na transmissão daquele prédio da Imobiliária X, Lda. para Imobiliária Y, Lda.:

- a) A Imobiliária Y, Lda. terá de solicitar a liquidação do IMT.
- b) A Imobiliária X, Lda. terá de solicitar a liquidação do IMT.
- c) Ambas as Imobiliárias terão de solicitar a liquidação de IMT pelas respetivas aquisições.
- ☒ d) Ambas as transmissões beneficiam da isenção de IMT na aquisição daquele prédio para revenda.





### QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

#### Questão 33.:

Para efeitos de articulação entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Analítica, certa empresa decidiu implementar o sistema de contas monista. Tal decisão implicou:

- a) Criar as designadas "contas refletidas" (classe 9). ✗
- b) Movimentar contas da Contabilidade Financeira e contas da Contabilidade Analítica (classe 9).
- c) Movimentar, apenas, contas da Contabilidade Analítica (classe 9).
- ☒ d) Movimentar, apenas, contas da Contabilidade Financeira.

#### Questão 34.:

A empresa SENICA produz e comercializa um único produto, tendo para tal uma capacidade para produzir, mensalmente, 10.000 unidades. No mês de abril de 2018, a empresa vendeu 7.000 unidades e produziu 8.000 unidades. Durante o mês de abril, os custos fixos industriais ascenderam a 480.000,00 € e os custos variáveis industriais e não industriais foram, respetivamente, de 60,00 €/unidade e 38,00 €/unidade.

No final do mês de abril de 2018, a empresa SENICA apurou os seguintes Resultados Brutos (valores em euros):

| Descrição                                                                                  | RB1                            | RB2          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------|
| Vendas                                                                                     | 1.505.000,00                   | 1.505.000,00 |
| Custo Industrial dos Produtos Vendidos (CIPV)<br>+ Custo Industrial Não Incorporado (CINI) | 852.000,00<br><u>- 266.000</u> | 840.000,00   |
| Resultado Bruto                                                                            | 653.000,00                     | 665.000,00 ✗ |

Sabendo que em abril 2018 não havia inventários iniciais de produtos acabados, nem inventários iniciais e finais de produção em vias de fabrico, identifique o Sistema de Custeio subjacente a cada situação:

- a) O RB1 utiliza o Total Completo e o RB-2 utiliza o Variável. ✗
- b) O RB1 utiliza o Variável e o RB-2 utiliza o Total Completo.
- c) O RB1 utiliza o Total Completo e o RB-2 utiliza o Racional. ✗
- d) O RB1 utiliza o Racional e o RB-2 utiliza o Total Completo.



**Questão 35.:**

A empresa Desviada, Lda. apresentou a seguinte ficha de custos padrão, calculada para uma unidade do produto X:

|                              |                       |
|------------------------------|-----------------------|
| Material:                    | 5 Kgs a 1,50 €/ Kg    |
| Mão-de-Obra Direta (MOD):    | 2 horas a 4,00 €/hora |
| Gastos Gerais Fabrico (GGF): | 2 horas a 2,00 €/hora |

Sabe-se que em determinado mês foram requisitados 5.000 kgs de materiais a 1,25€/Kg para a produção, que segundo as folhas de pagamento a MOD ascendeu a 2.100 horas a 5,00€/hora e que os GGF ascenderam a 4 000,00 €.

Considere que a produção acabada foi de 1.000 unidades, que o inventário inicial de produção em curso era zero e que o inventário final de produção em curso era de 100 unidades as quais se encontravam com um nível de acabamento de 100% de materiais, 60% de MOD e 40% de GGF. O desvio da MOD é de:

- a) 2 020 € Favorável.
- b) 2 020 € Desfavorável.
- c) 2 500 € Favorável.
- d) 2 500 € Desfavorável.

**Questão 36.:**

Uma agência de viagens tem uma oferta turística designada por "Destinos Nacionais" para satisfazer as necessidades dos seus clientes que não viajam para o estrangeiro. O volume de vendas no ano "N" dos "Destinos Nacionais" foi de 780.000,00 €. De forma a efetuar o orçamento para os próximos anos prevê-se, com base no ano "N" um crescimento de 5%/ano do volume de vendas dos "Destinos Nacionais".

O volume de faturação dos "Destinos Nacionais, desta agência de viagens, previsto para o ano "N+2" foi de:

|         |    |         |
|---------|----|---------|
| N       | 5% | N+2     |
| 780.000 |    | 819.000 |

- a) 880.000,00 €.
- b) 773.955,00 €.
- c) 810.000,00 €.
- d) 859.950,00 €.







**Questão 38.:**

Uma determinada empresa que se dedica à produção de calçado apresentou a seguinte informação respeitante ao mês de março de 2018:

| Descrição                                       | Valor (€) |
|-------------------------------------------------|-----------|
| Depreciações do equipamento fabril (duodécimo)  | 4.500,00  |
| Salários e encargos do pessoal fabril           | 16.000,00 |
| Compras de matérias-primas                      | 22.050,00 |
| Salários e encargos dos encarregados da fábrica | 9.600,00  |
| Energia elétrica da fábrica                     | 2.450,00  |
| Renda do escritório                             | 2.750,00  |
| Material de publicidade e propaganda            | 2.600,00  |
| Compras de matérias subsidiárias                | 12.000,00 |
| Ordenados e comissões dos vendedores            | 4.000,00  |
| Água da fábrica                                 | 1.200,00  |
| Material de escritório consumido                | 750,00    |
| Combustíveis das viaturas dos vendedores        | 1.850,00  |
| Conservação e reparação do equipamento fabril   | 800,00    |

Sabe-se ainda que não existiam inventários iniciais de matérias e que os inventários finais de matérias-primas e subsidiárias foram de 1.350,00 € e de 650,00 €, respetivamente. Os inventários de produtos acabados e de produtos em curso são nulos. Com base na informação apresentada, os gastos de conversão desta empresa no mês de março de 2018 totalizam:

- a) 45.900,00 €.
- b) 51.250,00 €.
- c) 53.100,00 €.
- d) 48.650,00 €.

HP  
 GC = MOD  
 +  
 GGF

PV (C)  
 HP = 34.050  
 MOD = 22.600  
 GGF = 8.950

HP 1350 €  
 Sub. 650 €

34.550



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 39 A 46, A SEGUIR, VERÁ SER COM BASE NO SNC

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA  
COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

Questão 39.:

A 4&30, S.A., é uma sociedade cujo capital próprio, em 30 de junho de N, ascendia a 160.000 € e o capital social a 100.000 €, representado por 100.000 ações com o valor nominal de 1 €. Foi deliberado proceder a um aumento do capital social para 140.000 €. Este aumento de capital, não gerou qualquer alteração no valor nominal das ações já existentes e será efetuado do seguinte modo: metade mediante incorporação de reservas e a outra metade mediante entradas de capital.

As ações a emitir, também com o valor nominal de 1 € cada, serão colocadas à subscrição por um preço correspondente ao valor contabilístico, em 30 de junho de N das ações já existentes, sendo a realização efetuada mediante entregas de dinheiro. Após aquela operação de aumento do capital social:

- a) O capital próprio da sociedade aumentará em 32.000 €.
- b) O capital social aumentará em 24.000 €.
- c) O ativo da sociedade aumentará em 40.000 €.
- d) O prémio de emissão ascenderá a 64.000 €.

Questão 40.:

Em fevereiro de 2017, a ACCI, S.A., que apura resultados anuais em 31 de dezembro, adquiriu 20.000 ações de uma sociedade com valores cotados em bolsa ao preço unitário de 3,5 €. O banco que intermediou a aquisição debitou, ainda, 120 € pelos serviços prestados nesta operação.

Aproveitando a subida do preço daquelas ações, em 30 de abril de 2017 a ACCI, S.A. efetuou a venda de 15.000 ações pelo preço unitário de 4,5 €, que correspondia ao seu valor de cotação em bolsa naquela data. Não se tendo verificado qualquer outra operação de compra ou venda de ações, no balancete reportado a 30 de abril de 2017 as ações em carteira deverão apresentar uma quantia escriturada de:





a) 22.500 €.

b) 17.500 €.

c) 17.530 €.

d) 22.530 €.

**Questão 41.:**

A sociedade Carpe Carpi, Lda. Dispunha, no mês de dezembro de 2017, da seguinte informação relativa à conta de depósitos à ordem no Banco CCPP, com vista à preparação da respetiva reconciliação bancária:

- O tesoureiro tinha em seu poder um cheque de 10.890 € de um cliente, devolvido pelo banco por falta de provisão. Esta devolução, assim como as respetivas despesas bancárias debitadas pelo Banco CCPP no valor de 12,5 €, ainda não haviam sido registadas na contabilidade da empresa.
- Os juros do Depósito a Prazo da Carpe Carpi, Lda., creditados na conta à ordem do Banco CCPP em dezembro de 2017, ainda não haviam sido contabilizados pela empresa. O valor bruto dos juros ascendeu a 1.800 €, os quais foram sujeitos a retenção na fonte à taxa de 25%<sup>(450)</sup>.  
 $1800 - 450 = 1350$
- De igual modo, faltava o registo contabilístico da transferência bancária referente a um reembolso de IVA no valor de 43.870 €, creditada em dezembro de 2017 pelo banco.
- A sociedade Carpe Carpi, Lda. ordenou ao Banco CCPP, em 30 de dezembro de 2017, a transferência de 50.000 USD para pagamento da totalidade da sua dívida ao fornecedor americano UNCLESAM. Esta transferência, que gerou um débito no extrato bancário de 41.910 €, apenas foi executada pelo Banco CCPP em 4 de janeiro de 2018, embora a empresa a tenha registado contabilisticamente, por aquele montante em euros, ainda em dezembro de 2017. A quantia escriturada da respetiva dívida do fornecedor era de 42.050 €.

Sabendo que, em 31 de dezembro de 2017, o valor do saldo bancário em depósitos à ordem no Banco CCPP era de 93.750 €, o montante do saldo contabilístico da conta “Depósitos à ordem” naquela data deverá ser:

a) 17.072,50 €.

b) 17.382,50 €.

c) 17.522,50 €.

d) Nenhum dos anteriores.



Questão 42.:

A sociedade JaPlus, Lda. apresentou os seguintes movimentos no mês de dezembro do ano N, em relação à mercadoria JP:

| Dia | Descrição                                                                                                                                                        | Quantidade    | Custo unitário |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|----------------|
| 2   | Existência inicial                                                                                                                                               | 50            | 3,00 €         |
| 7   | Compra                                                                                                                                                           | 1.600         | 3,20 €         |
| 16  | Compra                                                                                                                                                           | 2.000         | 3,25 €         |
| 20  | Compra em trânsito ( <i>o fornecedor é responsável pelas mercadorias até à sua entrega no armazém da JaPlus, Lda., o que apenas ocorrerá em janeiro de N+1</i> ) | 1.000         | 3,50 €         |
| 21  | Venda                                                                                                                                                            | 3.200* - 3150 |                |

\*Nesta quantidade estavam incluídas 200 unidades enviadas à consignação, das quais, em 31 de dezembro de N, apenas 50 ainda não haviam sido vendidas pelo cliente.

Indique o valor do inventário final da mercadoria JP, caso a sociedade utilize o FIFO como critério de custeio das saídas de armazém, considerando que a JaPlus, Lda. adota o sistema de inventário permanente na contabilização dos seus inventários:

- a) 1.750 €.
- b) 1.625 €.
- c) 1.590 €.
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 43.:

Em 31 de dezembro do ano N, a sociedade XYZ, Lda. reconheceu contabilisticamente como imparidade o valor total da dívida de um cliente estrangeiro (consumidor final), no montante de 2.560 €, a qual se encontrava em mora há 14 meses (pelo que apenas 50 por cento é gasto do período aceite fiscalmente).

A empresa efetuou sucessivas diligências para cobrar o valor em dívida, existindo por isso prova objetiva da referida imparidade, nenhuma das quais com sucesso. Sabe-se, contudo, que à data do encerramento de contas do ano N a XYZ, Lda. não havia ainda reclamado judicialmente aquele



crédito, até porque a sociedade tem gerado (e é expectável que assim continue nos próximos anos) avultados lucros.

Sabendo que a taxa de IRC em N e N+1 é de 22,5% (derrama incluída), em 31 de dezembro de N a sociedade XYZ, Lda. deverá ter efetuado, além do reconhecimento da dívida como de cobrança duvidosa, o(s) seguinte(s) registo(s):

- a) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 1.280 €.
- b) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 2.560 €.
- c) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 2.560 €; e Débito de "2741 Impostos diferidos - Ativos por impostos diferidos" / Crédito de "8122 Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período - Imposto diferido" por 288 €.
- d) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 2.560 €; e Débito de "8122 Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período - Imposto diferido" / Crédito de "2742 Impostos diferidos - Passivos por impostos diferidos" por 288 €.

**Questão 44.:**

A sociedade VacaLusa, Lda. dedica-se à criação de animais, tendo adquirido recentemente 50 vacas para reprodução, de raça Mirandesa, pelo custo total de 44.000 € (IVA excluído). De acordo com a consulta das cotações no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), na data daquela compra, o justo valor de cada vaca reprodutora é de 840 €.  $840 \times 50 = 42.000$

Sabendo que a VacaLusa, Lda. aplica a Norma Contabilística para Microentidades, aquelas 50 vacas terão sido reconhecidas aquando da sua aquisição a débito da subconta:

- a) "3721 - Ativos biológicos - De produção - Animais" por 42.000 €.  $\rightarrow$  NCRF
- b) "3721 - Ativos biológicos - De produção - Animais" por 44.000 €.
- c) "433 - Ativos fixos tangíveis - Equipamento básico" por 44.000 €.
- d) "436 - Ativos fixos tangíveis - Equipamentos biológicos" por 44.000 €.





**QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS**

**Questão 45.:**

Terminado o processo de candidatura a membros da Ordem, os contabilistas certificados António e João pretendem constituir uma sociedade de contabilidade. O que devem fazer?

- a) Constituir uma sociedade comercial e solicitar o registo do respetivo diretor técnico.
- b) Apresentar ao conselho diretivo da Ordem uma proposta de pacto social da sociedade para aprovação. ✗
- c) Devem constituir uma sociedade civil ou comercial e, no prazo de 30 dias, proceder à sua inscrição na Ordem como sociedade de profissionais.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 46.:**

O registo do contabilista certificado como diretor técnico é obrigatório para:

- a) Todas as entidades que, dispondo contabilidade organizada, sejam obrigadas a contratar um contabilista certificado para cumprimento das suas obrigações fiscais e contabilísticas. ✗
- b) Todas as sociedades de profissionais e de contabilidade que prestem serviços de contabilidade.
- c) Todas as sociedades de contabilidade e seus estabelecimentos.
- d) ☒ Apenas para as sociedades de contabilidade.

**Questão 47.:**

A intervenção do contabilista certificado, em representação dos sujeitos passivos por cujas contabilidades sejam responsáveis, no processo gracioso:

- a) Está limitada a processos de reduzido valor.
- b) Deve ser feita em parceria com um advogado. ✗
- c) ☒ Restringe-se às questões relativas ao apuramento do imposto e cumprimento das obrigações declarativas.
- d) Não é admissível, face às competências dos advogados. ✗

|                                                                                                |                      |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|
| <b>Exame de Avaliação Profissional</b><br>(A que se refere o art.º 31.º<br>do Estatuto da OCC) | <b>30 junho 2018</b> | <b>Versão A</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|



**Questão 48.:**

A publicidade dos serviços prestados em exclusivo por contabilistas certificados:

- a) É proibida. *x todo ser feito.*
- b) Pode ser feita mediante pedido expresso de um cliente. *x*
- ☒ c) Pode ser feita por contabilistas certificados, sociedades de profissionais e sociedades de contabilidade.
- d) Está sujeita apenas às normas legais sobre publicidade e concorrência. *x*

**Questão 49.:**

O sigilo profissional a que o contabilista certificado está obrigado cessa:

- a) Sempre que estejam em causa infrações fiscais.
- ☒ b) Quando de tal seja dispensado pela entidade a quem prestam serviços ou por decisão judicial.
- c) Sempre que esteja em causa o bom nome e dignidade profissional do contabilista.
- d) Todas as anteriores.

**Questão 50.:**

O princípio da responsabilidade significa que:

- ☒ a) O contabilista certificado pode ser responsabilizado subsidiariamente pelo imposto devido pelos seus clientes se tiver violado o dever de regularidade técnica a que está obrigado.
- b) O contabilista é responsável pelo atos praticados pelos seus colaboradores. *x*
- ☒ c) O contabilista certificado é responsável pelo cumprimento das obrigações fiscais dos seus clientes.
- d) O contabilista certificado é responsabilizado disciplinarmente pela violação dos deveres estatutários e deontológicos.